

UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO DO ESTADO COM O NEGRO A PARTIR DE CENSOS E PESQUISAS

VERA LÚCIA DA SILVA MIRANDA¹MARINA PORTELLA GHIGGI²

¹*Universidade Católica de Pelotas - veravera.miranda@gmail.com*

²*Universidade Católica de Pelotas - Marinaghiggi@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho objetivou-se entender a relação do Estado com o negro, a invisibilidade da situação de fragilidade, da discriminação e da desigualdade que persevera em relação a essa parcela da sociedade. De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Censo Demográfico 2010, a nova composição racial mostra a população preta e parda totalizando um percentual de 50,7% da população, que passa a ser considerada maioria no Brasil.

A igualdade prevista na Constituição Federal, de 1988, dever constitucional do Estado, não se estende aos negros, assim como as demais garantias constitucionais. O racismo institucional, praticado pelo Estado e aceito pela sociedade necessita ser enfrentado, para isso precisa que seja entendido o que o torna possível.

Constatou-se que muitos são os levantamentos de dados e pesquisas que fazem o diagnóstico da existência de uma perseguição silenciosa à população negra, e também o descaso institucional na construção e implementação de políticas públicas, que visem a modificar essa situação. Em relação a algumas pesquisas preocupou-nos a não correspondência entre os dados apresentados e a realidade, em outras a gravidade dos resultados encontrados e a inércia do Estado que não faz qualquer reformulação em suas políticas públicas que venha a transformar essa realidade e nem ao menos justifica tal omissão.

A invisibilidade do negro analisada a partir da relação institucional se faz relativa, ele é invisível quanto seguimento da população privado de direitos fundamentais, mas é perfeitamente visível ao racismo institucional.

É negro pobre da periferia e das favelas, o potencial suspeito, o sujeito da desconfiança, o criminoso preferencial, tanto frente ao Estado, quanto perante a sociedade. Estigmatizado, o negro morre pelos autos de resistência, ou por bala perdida ou passa a fazer parte da população carcerária, da qual é maioria. Embora inúmeras sejam as denúncias sobre a letalidade da Polícia Militar, os números não aparecem em sua plenitude.

As pesquisas que apuram a mortandade de jovens entre 16 e 24 anos, concluem ser o jovem negro a maior vítima da violência, sendo maioria dos jovens assassinados.

Quanto as mulheres vítimas de violência e homicídios, também é a mulher negra a vítima prioritária.

A análise dos censos e pesquisas ao longo da história é relevante para entender a relação do Estado com o negro.

2 . METODOLOGIA

Para análise e estudo que tornasse possível entender como acontece esse processo de invizibilização da situação do negro como sujeito privado de direitos e como cidadão segregado, utilizou-se do histórico de censos e pesquisas do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por ser a única fonte institucional de abrangência nacional. A partir destes, buscou-se pesquisas feitas por entes estatais de diversos setores, como Senado Federal, Ministério da Saúde; Organizações Não Governamentais que combatem o racismo, que combatem a violência contra a mulher; departamentos de universidades que estudam a violência policial. Também uma bibliografia que aprofunda discussões sobre raça, cor e etnia, discriminação e racismo e algumas leis.

3 . RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conteúdo estudado e analisado até o presente momento já possibilita que se tenha uma compreensão de como acontece a invisibilidade do negro frente a parcela da sociedade e do Estado. Apesar disso, é possível aprofundar ainda mais a pesquisa, entendendo que possa contribuir de maneira positiva para construção de novas políticas públicas visando a diminuição das desigualdades.

4 . CONCLUSÕES

Este trabalho inovou ao fazer comparações entre os termos empregados quando da aplicação das diversas pesquisas analisadas, e em compará-las com os censos demográficos; considerando o período histórico político em que foram realizados. Ainda para a obtenção do resultado empenhou-se em entender a evolução sociológica da construção da identidade do negro, e ainda, a demanda apresentada, ou suplantada de acordo com os termos empregados. Também é importante que observe-se a relação de poder de governos sobrepondo-se ao dever do Estado.

5 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos eletrônicos

CPI do Sistema Carcerário, Câmara Federal, 2009- Disponível em:
<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701> - Acesso em 29/07/2016

CPI de Assassinatos de Jovens, Senado Federal, 2016- Disponível em:
<http://www.zumbidospalmares.edu.br/images/RelatorioCPIJovemFinal.pdf> -Acesso em 29/07/2016

Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo Letalidade policial e prisões em flagrante, 2014 Disponível em:
http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf –Acesso em 29/07/2016

Manual do Recenseador- IBGE,2010. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf

Acesso em 30/07/2016

Biblioteca do IBGE- Diversas pesquisas- Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em 30/07/2016.

Livro

WAISELFIZ, Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.**
1ª Ed. Brasília, Julho, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autentica, 2004

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009

